

MAIS TEMPO PARA ENSINAR

Maioria das experiências brasileiras com educação integral é de jornada escolar ampliada, com atividades complementares no contraturno; origem do conceito vai além do tempo integral

A educação integral, que pode parecer algo atual, não é novidade na maior parte dos países desenvolvidos e até mesmo no Brasil, onde o educador Anísio Teixeira implantou a primeira experiência na década de 1950, na Bahia, quando foi secretário de Educação de Salvador. Na Europa, o modelo existe como único imaginável, ninguém por lá conseguiria entender como seria possível oferecer um aprendizado de qualidade em apenas meio período. Até para os nossos vizinhos, Chile e Argentina, a educação em tempo integral já é realidade. E por aqui, se fosse seguida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), também deveria ser. Em 1996, a LDB previa que o ensino fundamental seria ministra-

do progressivamente em tempo integral. O sistema de educação por turnos foi a saída encontrada para a universalização do ensino no Brasil, ou seja, uma solução temporária para um problema urgente. Porém, décadas depois da democratização da escola, o avanço na adoção do tempo integral ainda pode ser considerado bastante incipiente.

A pesquisa nacional *Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira*, encomendada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação (MEC), por meio de sua Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC), revelou que,

dos municípios que responderam ao questionário enviado, 2.112 do total de 5.564 (38%), apenas 23,7% (500 cidades) vêm desenvolvendo algum tipo de experiência com jornada ampliada no ensino fundamental. O estudo quantitativo, com informações coletadas em 2008, foi coordenado por pesquisadores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB), que também elaboraram um relatório com dados qualitativos, previsto para ser divulgado até o final de 2010. Grande parte das experiências concentra-se nas regiões Sudeste e Sul, onde 37% e 25% dos

municípios respondentes, respectivamente, já colocaram em prática algum tipo de ampliação do tempo escolar. Na região Norte, apesar de pouco mais da metade das cidades ter completado o questionário (51%), somente 3% desenvolvem experiências de jornada ampliada. A porcentagem é de 13% no Centro-Oeste e de 21,4% no Nordeste. Segundo o levantamento, em 55% das escolas com aumento da carga horária são oferecidas sete horas ou mais de ensino, o que caracteriza, de acordo com a legislação, a educação básica em tempo integral para a finalidade de repasse de recursos federais (Programa Mais Educação - Decreto nº 7.083/2010).

É preciso esclarecer, primeiramente, que existe diferença entre os conceitos de educação integral e educação em tempo integral. Na primeira forma, as atividades são mescladas em uma proposta interdisciplinar de formação do aluno, durante todo o período em que o estudante permanece na instituição de ensino. Isso significa que pode haver aula de Matemática pela manhã, na sequência oficina de teatro, à tarde Português, etc, conforme o projeto político-pedagógico. Já a ideia de educação em tempo integral está mais relacionada à carga horária que o educando passa na escola, com a divisão de atividade regular em um turno, quando as disciplinas do currículo formal são ministradas, e diversificada no contraturno. "Quando a gente separa esse modelo, acaba dando mais importância para uma (educação curricular) e a outra (de contraturno) torna-se uma complementação. E não é essa a proposta da educação integral", afirma a doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da Silva, pesquisadora com produção acadêmica sobre escolarização em tempo integral e formação de professores, entre outros temas. O ideal, para teóricos e educadores, é que exista uma educação integral em tempo integral, porém apenas o aumento das horas despendidas na escola não garante a aplicação desse conceito.

O modelo de turno e contraturno ainda é predominante na maioria das experiências contabilizadas no levantamento encomendado pelo MEC, sendo seguido por 80,1% das escolas com jornada escolar ampliada. Uma das razões apontadas pela pesquisadora e professora da UFPR Veronica Branco, responsável pelos dados da região Sul no estudo, para a adoção desse formato, diz respeito à necessidade de deslocamento dos alunos, o que implica em mais tempo para o uso de outros espaços que permitam a realização de diferentes atividades socioeducativas, já que muitas instituições de ensino não possuem a infraestrutura necessária. "A ideia de contraturno favorece o uso de outros locais complementares à escola, embora não seja o ideal", destaca.

Entretanto, o maior entrave para a integração dos turnos e das atividades continua sendo a carga horária dos professores. A Lei nº 11.738/2008 fixou o piso salarial nacional em R\$ 1.024,67 para os profissionais do magistério e, apesar de ter estabelecido jornada de 40 horas semanais, com um terço dessas horas destinadas a outras atividades fora da sala de aula, na prática, não é o que acontece. O prazo para a adequação dos sistemas de ensino ao cumprimento da Lei

Como as escolas usam o tempo*

Lista de atividades desenvolvidas nas experiências de jornada escolar ampliada:

Esportes	65,0%
Aula de reforço	61,7%
Música	57,1%
Dança	54,0%
Teatro	46,4%
Informática	45,6%
Oficinas temáticas	44,9%
Artesanato	40,5%
Tarefas de casa	40,2%
Artes plásticas	38,2%
Artes visuais	30,5%
Capoeira	27,5%
Línguas estrangeiras	17,8%
Oficinas formação trabalho	11,2%
Rádio/jornal	9,4%
Outras atividades	13,8%

* O cálculo do percentual tomou por referência o total de experiências de jornada escolar ampliada detectado pela pesquisa (800), nos 500 municípios respondentes que ofertam esse modelo de ensino.

Fonte: Relatório da pesquisa Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira, encomendada pelo MEC

encerrou-se em 31 de dezembro de 2009, mas, infelizmente, como muitas outras no Brasil, essa é mais uma legislação que funciona apenas no papel. Sem esse pré-requisito, fica mais complicado fazer um planejamento conjunto; enquanto um docente está chegando na escola, o outro está saindo. Para Veronica, esse problema é o maior empecilho a ser vencido para a oferta de uma educação integral no sentido mais amplo. Em relação ao deslocamento dos estudantes, a professora acredita que esse aspecto não é preponderante e pode até servir de instrumento para o aprendizado. "As crianças têm que aprender a andar na cidade. Elas têm que se deslocar e não é preciso que a escola tenha ônibus para levá-las. Elas têm que andar de ônibus público, aprender a pagar a passagem, a se comportar dentro do ônibus", sugere.

Para o professor e secretário municipal de Educação de Apucarana, cidade do interior do Paraná em que a educação integral já existe desde 2001 (*leia mais no destaque, na página 16*), Cláudio Aparecido da Silva, é preciso superar o conceito de contraturno para que não seja apresentada às crianças uma visão equivocada de duas instituições distintas funcionando no mesmo espaço: "a escola chata, que seria a dos conteúdos tradicionais e curriculares, e a escola do contraturno, da brincadeira, da diversão". O secretário destaca a importância de fundir as duas em um único projeto, porém afirma que não é algo que nasce pronto e que esse processo se constrói permanentemente. Além disso, Silva faz a ressalva de que não existe um formato único que sirva para todas as instituições de ensino. "Esse arranjo educati-

vo precisa respeitar o ritmo da unidade escolar, não pode ser definido de cima para baixo. É muito importante esse respeito à dinâmica da própria escola."

Uso do tempo

A LDB prevê, para o ensino fundamental, uma jornada com no mínimo quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula. Entretanto, conforme ressaltado por Yrlla Ribeiro, nem isso é cumprido hoje. Contabilizando o tempo para o intervalo, entrada e saída, em média, os alunos recebem três horas de aprendizado por dia. Não é preciso ser educador para perceber que esse tempo é insuficiente para oferecer um aprendizado satisfatório. A carga horária mínima da educação integral de sete horas, pela legislação vigente, acaba sendo praticamente o dobro do que existe nas escolas por turnos. Para aproveitar bem esse tempo, é necessário muito planejamento, pois aumentar a jornada não significa apenas dobrar a carga

horária de cada disciplina, já que os estudantes não necessitam somente "mais do mesmo". Entretanto, nas experiências que vêm sendo realizadas, conforme apontou a pesquisa sobre educação integral, a sala de aula continua sendo o ambiente em que os alunos mais permanecem, sendo o local mais utilizado por 77,6% das escolas com jornada ampliada. Entre as atividades desenvolvidas, as aulas de reforço aparecem em segundo lugar na lista, implementadas por 61,7% das instituições de ensino. Além da real necessidade de oferecer mais conteúdo curricular, principalmente das disciplinas Português e Matemática, que geralmente não possuem carga horária suficiente, a pesquisadora da UFPR aponta outro motivo para esses números. "Existe um despreparo do professor para tirar as crianças da sala de aula", afirma Veronica.

O esporte aparece como atividade privilegiada em 65% das escolas com educação em tempo integral, ocupando o primeiro lugar da lista. Também aparecem no topo dessa relação: música (57,1%), dança (54%) e teatro (46,4%). As tarefas de casa são uma das atividades mais usadas em 40,2% das escolas (veja lista completa no quadro da página anterior).

Para a educadora Yrlla, uma das grandes vantagens de possuir mais tempo disponível para aprendizado é a possibilidade de trabalhar o conhecimento de outra forma. "O aluno pode fazer experiências, usar materiais mais lúdicos e concretos para construir esse conhecimento. A escola pode criar espaços para essa produção de conhecimento que normalmente não tem, porque acaba voltada somente às atividades curriculares." A educação integral pressupõe, a partir da própria análise do termo, uma formação completa da criança e do jovem. Nesse sentido, os quatro pilares da educação para o século XXI, propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), podem servir de base para esse desenvolvimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

De olho no PNE

Um dos desafios elaborados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para o próximo Plano Nacional de Educação (PNE) (que deverá vigorar de 2011 a 2020) é implantar a escola de tempo integral na educação básica, com projeto político-pedagógico que melhore a prática educativa. Até o fechamento dessa edição da *Profissão Mestre*, o novo texto do PNE estava sendo elaborado para ser enviado ao Congresso.

Infraestrutura e espaços

A falta de infraestrutura adequada surge como uma das grandes dificuldades a serem enfrentadas na implantação da educação integral. Além da sala de aula, os espaços físicos mais usados pelas experiências analisadas na pesquisa do MEC são: pátio (60,4%), quadra de esportes (51,4%) e biblioteca (45,9%).

Na década de 1980, foram criados os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro, a partir do projeto de Darcy Ribeiro inspirado nas "escolas parque" de Anísio Teixeira, em Salvador e em Brasília (DF), onde os alunos permaneciam em atividades diversificadas no contraturno. O antropólogo propôs a construção de uma estrutura que permitisse a realização de diferentes currículos em um mesmo espaço, para que a educação integral e interdisciplinar fosse aplicada. Atualmente, por razões sobretudo de ordem política, já que os CIEPs foram uma marca muito forte do governo de Leonel Brizola, conhecidos inclusive como "brizolões", essas instituições de ensino desvirtuaram-se de sua proposta inicial. Na opinião da pesquisadora da UFPR, esse tipo de modelo não se encaixa mais na realidade brasileira, mas é possível encontrar caminhos alternativos. "Os CIEPs, aquelas escolas lindas e maravilhosas, com todo aquele espaço físico, não cabem na filosofia de educação integral de hoje. Porque as crianças lá (no Rio de Janeiro) fi-

10 sugestões de atividades

- Fazer uma sessão de leitura e contação de histórias na biblioteca pública com um escritor local;
- Levar à escola um convidado para a discussão de um tema;
- Criar um laboratório de Ciências ou Robótica;
- Fazer uma visita ao museu e/ou a exposições locais e desenvolver um trabalho com o maior número de disciplinas possível;
- Visita guiada a um prédio histórico, seguida de redação;
- Firmar parceria com a Secretaria Municipal de Cultura para uma sessão de teatro e conversa com os atores;
- Um passeio ecológico em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- Criar uma horta medicinal em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde ou outro órgão local competente;
- Desenvolver projeto de leitura crítica por meio da doação de jornais e/ou revistas pela imprensa local e bate-papo com jornalistas;
- Criar um RPG (*Role Playing Game*, traduzido como "jogo de interpretação de personagens") com regras próprias para trabalhar o aspecto lúdico.

cavam fechadas e isoladas na escola o dia inteiro. As crianças têm que circular, têm que andar na comunidade: A comunidade tem que ver as crianças no museu (...). Elas têm que viver a comunidade", explica.

Considerando os recursos da comunidade, do município e otimizando os que já existem na própria escola (veja quadro com algumas sugestões de espaços), fica mais fácil transpor a barreira da falta de infraestrutura. Essa foi a solução encontrada pela cidade de Apucarana, principalmente no início da expansão da educação integral, segundo Cláudio Silva. A partir da elaboração de um inventário, o secretário disse que ficou claro que havia muitos equipamentos públicos que eram subutilizados. Além disso, a realização de parcerias com outros órgãos e secretarias, como a de Esportes e a de Meio Ambiente, também abriram possibilidades de passeios e aulas fora do ambiente escolar tradicional.

Os investimentos em melhor infraestrutura não devem ser descartados, entretanto aproveitar melhor os espaços já existentes com criatividade é uma saída disponível. Veronica Branco cita alguns exemplos, como transformar o refeitório, que costuma ficar livre fora do horário das refeições, em um espaço multiuso. O conceito de laboratório de informática também é ultrapassado e a sala acaba ficando tempo demais ociosa. O ideal seria levar alguns computa-

dores para a classe, que pudessem ser usados durante diferentes disciplinas por grupos de alunos, e aproveitar o espaço de outra forma.

Formação de professores

Não existe educação integral sem planejamento político-pedagógico (PPP) consistente. Nesse modelo de ensino, muda a rotina do aluno e também do professor. A carga horária de 40 horas é fundamental, porém não é só passar o dia inteiro dando aulas; exige-se uma função mais ampla do docente. "O professor precisa estar mais dentro da escola, trabalhar de forma mais interdisciplinar, fazer planejamento de forma coletiva, coisas que não está acostumado a fazer. Todas essas questões precisam ser trabalhadas em uma formação inicial ou continuada", destaca Yrlla Ribeiro. A educadora ressalta que até a gestão necessita estar organizada para receber esse professor em período integral, para definir aspectos, por exemplo, sobre o horário e as refeições, que se modificam com esse novo regime de permanência. Por outro lado, poder trabalhar em uma única escola contribui muito para a qualidade de vida do docente, que reduz seu desgaste com deslocamento entre escolas, planejamentos duplos, etc. "O professor vai cada vez mais se identificando com esse espaço e com seus alunos, que são os mesmos durante o dia todo. Então, consegue conhecer melhor esses alunos, as dificuldades deles, para fazer um trabalho de estudo dirigido", destaca.

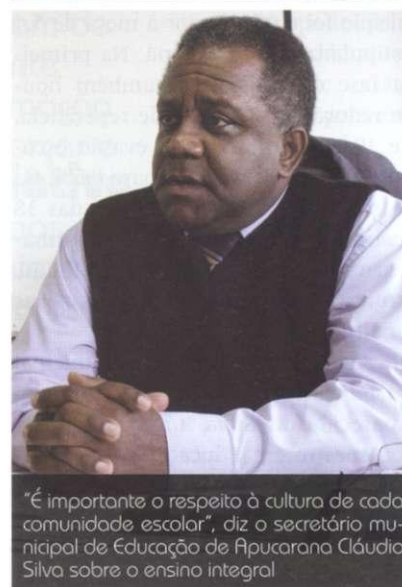
Além de trazer as propostas educacionais, o PPP, na visão da pesquisadora da UFPR, deve ser traçado de modo a responder aos anseios do público que atende. "A comunidade e os pais têm que ser consultados." Cláudio Silva também reforça a necessidade de o projeto de educação integral ser específico para cada instituição de ensino. "É importante o respeito à cultura de cada comunidade escolar." Em Apucarana, além do planejamento, a gestão também é participativa, com a colaboração das Associações de Pais e Mestres.



A pesquisadora da UFPR Veronica Branco afirma que os professores ainda são despreparados para tirar os alunos da sala de aula



Yrlla Ribeiro, doutora em Educação, acredita que na educação integral existe uma maior identificação do docente com a escola e seus alunos



"É importante o respeito à cultura de cada comunidade escolar", diz o secretário municipal de Educação de Apucarana Cláudio Silva sobre o ensino integral

10 espaços alternativos

- Salões paroquiais de igrejas;
- Refeitório que pode ser usado como espaço multiuso;
- Ginásio de esportes e outros locais públicos;
- Casas de cultura;
- Praças da comunidade;
- Clubes (por meio de parcerias);
- Teatros municipais;
- Laboratório de informática para outras finalidades, durante o período de ociosidade;
- Biblioteca pública;
- Parques e/ou jardins.